

As tão discutidas alternativas para a fase 3

Parece que o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, cometeu uma inconfidência ao revelar que o governo não pretende solicitar dinheiro novo na próxima negociação com os banqueiros, no início de novembro. O governo deveria contar com essa possibilidade, mas taticamente não era aconselhável revelar a disposição de aceitar, sem discussão, a exigência de certos grandes bancos, claramente manifestada na última assembléia do FMI/Banco Mundial.

Agora, como para consertar, anuncia-se que o governo vai solicitar um aumento de créditos comerciais ao País, considerando o pedido perfeitamente razoável diante do crescimento do comércio exterior brasileiro. Na realidade, o argumento não é dos mais convincentes. Como se recorda, o projeto 3, da renegociação concluída em dezembro de 1982, previa um total de US\$ 10 bilhões de linhas de crédito comercial. Naquele ano, as exportações brasileiras chegavam a US\$ 20,1 bilhões e as importações a US\$ 19,3

bilhões, ou seja, o intercâmbio total do Brasil com o exterior somava US\$ 39,4 bilhões. Neste ano, se se confirmarem as previsões, as exportações alcançarão US\$ 27 bilhões e as importações ficarão em US\$ 14,5 bilhões. Teremos, assim, um total de US\$ 41,5 bilhões. Não houve, portanto, um incremento no intercâmbio nos dois sentidos tão grande a ponto de justificar um substancial acréscimo das linhas de crédito comercial.

Basear-se em projeções para 1985 será sempre um exercício arriscado. Espera-se que as importações cresçam, mas isso vai depender muito de como se comportam as exportações. Se estas não evoluírem satisfatoriamente, em função de uma retração mais pronunciada do crescimento econômico nos Estados Unidos, é altamente provável que o próximo governo reverta a política de liberalização das importações para evitar uma deterioração da posição cambial.

Não consideramos impossível que o Brasil possa obter garantia

de um aumento de créditos a curtíssimo prazo (menos de 360 dias) para finalidades comerciais, mas duvidamos muito de que o aporte adicional de recursos ultrapasse US\$ 1 bilhão, e mesmo este total parece algo otimista em face das circunstâncias.

O que nos parece bastante claro é que um acréscimo de créditos comerciais não resolve. Não é certamente uma alternativa que possa dar tranquilidade ao próximo governo no setor das contas externas, permitindo que ele encaminhe um programa de reformas internas de profundidade, para um verdadeiro reordenamento da economia brasileira.

Assim, se o Brasil não obtiver novos créditos a longo prazo, conforme já se dá como assentado, e se não conseguir condições iguais às concedidas ao México, em termos de reescalonamento de prazos e de redução de "spread", as negociações relativas à fase 3 redundarão em fracasso, praticamente obrigando o futuro governo a retomar imediatamente o processo.

Isso poderá ocorrer mesmo antes da posse do próximo presidente da República. É sintomático, por exemplo, que as negociações da fase 3, previstas inicialmente para setembro e depois para outubro, estejam agora marcadas para novembro, deitando prolongar-se até o final deste ano. É previsível, e a questão já foi levantada por este jornal, que o acordo somente seja assinado depois de 15 de janeiro de 1985, quando se reúne o Colégio Eleitoral.

O novo "paeote" poderia ter, dessa forma, o assentimento do próximo presidente, que indicaria representantes para acompanhar os acertos finais. Seria uma boa oportunidade para que os bancos internacionais, numa demonstração de boa vontade para com a nova administração, concordassem com a concessão de um empréstimo "jumbo", que, combinado com um acréscimo nas linhas de crédito comercial, totalizaria US\$ 3 bilhões. Seria a única forma de dar à fase 3 um sentido de maior permanência.